

# EDUCAÇÃO INFANTIL EM RONDONÓPOLIS: TRAÇOS E TEMPOS DE UMA TRAJETÓRIA

**Estela Inês Leite Tosta**

Doutoranda em Educação pelo PPGEDU UFRGS/RS.  
teiatosta@hotmail.com

**Resumo:** Este artigo, resultante de uma pesquisa qualitativa, tem como objetivo apresentar aspectos relacionados à trajetória da Educação Infantil, dados da implantação e as propostas de formação de professores nas Creches Municipais do município de Rondonópolis – MT. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semi-estruturadas, com coordenadoras pedagógicas e professoras de educação infantil, sendo que este recorte demonstra que a educação infantil municipal configurou-se em um primeiro momento como atividade assistencialista para apresentar, posteriormente, uma evolução na forma de conceber a infância e a formação do profissional que atua nessa faixa etária.

**Palavras – chave:** formação de professores; educação infantil; creches municipais.

## 1 INTRODUÇÃO

Até a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Educação Infantil não era reconhecida como direito da criança e dever do Estado. Conforme Saviani (2005), a Carta Magna veio consolidar os anseios da comunidade educacional e da sociedade. Dentre algumas conquistas alcançadas pela nova Constituição, podemos elencar a gratuidade do ensino público em todos os níveis, a gestão democrática da educação pública e o direito à educação às crianças na faixa etária de zero a seis anos.

A década de 1990 representou um marco para a educação infantil. Com o advento da Lei 9.394/96 uma nova concepção de infância, de Educação Infantil e de profissional responsável pela educação de crianças de zero a seis anos passou a ser difundida.

As mudanças e exigências desencadeadas pela legislação deram origem a profícuos debates em todas as instâncias, mormente naquelas ligadas à formação de professores. A questão em discussão era o estabelecimento de políticas públicas pelas administrações municipais, agora responsáveis pelo oferecimento desse nível de ensino.

Novas diretrizes e linhas de procedimentos foram instauradas, pois se passou a exigir que para atender crianças nessa faixa etária, seriam necessários profissionais preparados e qualificados tanto em nível de formação inicial quanto em nível de formação continuada e com condições de cumprir as novas exigências e funções previstas nas diretrizes nacionais para a educação infantil.

Ocorre que, no período que antecedeu a referida lei, a educação infantil tinha o caráter essencialmente assistencialista e a formação oferecida aos profissionais que atuavam nesse nível de ensino não contemplava as novas exigências e a dupla função agora exigida ao professor de Educação Infantil: cuidar e educar.

O que deu origem à pesquisa foi justamente a preocupação com a problemática da formação docente, principalmente no que se refere à formação desse profissional no interior da escola/unidade infantil.

É conveniente desde já, abordar que o interesse pela temática aqui empreendida teve sua gênese no segundo semestre do ano de 2004, quando passamos a atuar como professora na graduação do curso de formação de professores para a educação infantil<sup>1</sup>. A princípio inquietavam-me os aspectos vivenciados na prática docente no que diz respeito à formação teórico – prática das acadêmicas que se preparavam para serem professoras de crianças de zero a cinco anos, porque o grupo de acadêmicas era muito diversificado.

Enquanto algumas eram recém saídas do ensino médio e buscavam sua primeira formação, outras já atuavam como professoras mesmo antes de ingressar ou completar a formação inicial, sendo que a decisão de continuar os estudos emergiu das necessidades da prática. Havia ainda, entre elas, um grupo de alunas que há muito tempo havia concluído o ensino médio, mas por vários motivos como trabalho, falta de condições financeiras, casamento, criação dos filhos, deixou de frequentar os bancos escolares, interrompendo sua formação.

Diante de tamanha heterogeneidade de interesses e concepções acerca do que esperavam da educação/ formação e frente à trajetória percorrida por elas até a entrada no ensino superior, suscitou em mim, recordo-me, grandes preocupações, que resultaram em acalorados e profícuos debates em sala, os quais giravam em torno de temas como a escolha e busca da formação docente e, por conseguinte, a continuidade desta. Tínhamos claro, contudo, que todas elas acalentavam o sonho de educar crianças pequenas e creditavam à formação inicial, pelo menos naquele momento, a resposta às suas necessidades.

Sem dúvida alguma, a formação inicial é condição indispensável para o exercício da docência em qualquer nível ou modalidade do sistema de ensino, sobretudo em se tratando do magistério na educação infantil. Atuar nesse nível de ensino requer conhecimentos sólidos e específicos a respeito da infância, a compreensão da criança enquanto sujeito social e da educação infantil como direito de todo cidadão.

Tais aspectos encontram-se pautados tanto nos documentos oficiais das Secretarias de educação dos municípios, nos documentos oficiais do Ministério da Educação-MEC, quanto nos princípios da legislação vigente, os quais prelecionam que a formação de profissionais da educação infantil deve propiciar condições para que estes se envolvam no cuidado e na educação da criança até 05 anos, de maneira a possibilitar-lhe o desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social e o respeito às diferenças regionais e culturais que as singularizam.

Um segundo fator me preocupava. Concluída a graduação, eis que a maioria das acadêmicas, já professoras, estaria em suas respectivas unidades/creches, sala de aula. Será que dariam continuidade à formação? Como ou de que maneira a formação ocorreria? Sabíamos que, simultaneamente à trajetória de formação acadêmica, as alunas vão, além da fundamen-

---

<sup>1</sup> . Em agosto de 2004 comecei a atuar como professora no Curso Normal Superior- Habilitação para a Educação Infantil na Faculdade do Sul de Mato Grosso.

tação teórica, amalhando experiências, construindo saberes por meio dos estágios e práticas de ensino que lhes possibilitam intervir e realizar atividades cotidianamente com as crianças. Mas isso só não basta, dada a infinidade de responsabilidades e competências exigidas de um professor. Foi partindo dessas inquietações que iniciamos a pesquisa.

Os cenários da investigação foram três creches municipais, cognominadas de Unidades Municipais de Educação Infantil. Em Rondonópolis, as unidades são locais destinados, prioritariamente, à educação de crianças na faixa etária de zero a três anos, mas na época da pesquisa, ainda havia algumas atendendo alunos com idade acima de três anos.

O estudo, realizado em 2007, teve como objetivo investigar como se operacionalizava a formação de professores no interior dessas unidades.

### **A Educação Infantil no município de Rondonópolis: o contexto educacional**

Para construir este tópico imprimimos um olhar sobre a realidade educacional da cidade de Rondonópolis com o objetivo de situar o cenário da investigação, no sentido de descrever os elementos que deram subsídio à presença e a necessidade de se implantar a Educação Infantil, contudo, sem a pretensão de aprofundar em dados históricos.

Rondonópolis é uma cidade localizada na região sul de Mato Grosso e encontra-se localizada a 210 quilômetros de distância da capital, Cuiabá.

A educação de Rondonópolis, no período de 1913 até 1915, tinha um caráter essencialmente domiciliar. As primeiras construções destinadas à educação surgiram apenas na década de 1940 (mais precisamente no ano de 1949) e foram construídos por grupos de religiosos católicos com o objetivo de evangelizar e instruir os filhos dos colonos. Na década de 1950 surgem as escolas que ofereciam o ensino primário, mas só a partir da década de 1960 é que se intensificou a criação de escolas públicas no município.

No decorrer dos últimos anos houve um crescimento expressivo no número de alunos. Em 1997, a Secretaria Municipal de educação registrava 8.720 alunos matriculados. No ano de 2007, aumentou consideravelmente o atendimento, chegando a 15.998 alunos distribuídos em: quatro Escolas Municipais de Educação Infantil- EMEIs, nove Unidades Municipais de Educação Infantil- UMEIs, onze Escolas Municipais Rurais e em vinte e quatro escolas de Ensino Fundamental, situadas na zona urbana.

Cumprе salientar que da totalidade dos alunos pertencentes à Educação Infantil, nas modalidades creche e Pré-escola estão incluídas, as crianças que freqüentam as Unidades da Rede Cáritas Diocesana<sup>2</sup>, que se encontram vinculadas à educação infantil municipal, anexas a uma das unidades, a qual não responde pela direção das mesmas.

É importante referendar que desde 1979 havia creches em funcionamento no município sob a responsabilidade da Cáritas Diocesana de Rondonópolis.

---

2 A Cáritas Diocesana é uma entidade de natureza filantrópica, ligada à igreja católica que, entre outras atribuições, atende crianças na faixa etária de três a seis anos, distribuídas em 31 (trinta e uma) Unidades de Educação Infantil no município de Rondonópolis.

A Entidade Mantenedora Cáritas segue a linha filosófica cristã católica, cujo primado se fundamenta em valores como solidariedade, amor ao próximo e preferência por realizar ações educacionais e sociais, junto à camada de cidadãos de menor condição econômica e cultural.

Grande parte das mil e oitocentas (1800) crianças atendidas pela Cáritas chegam sofredas, medrosas, com o aspecto nutricional carente de elementos essenciais e algumas apresentam comportamentos muito fora dos padrões ditos normais para a idade ou mostram sinais de sofrerem várias formas de violência [...]. (RONDONÓPOLIS, 2007, p. 1)<sup>3</sup>.

A Cáritas Diocesana é constituída por uma diretoria responsável pelos aspectos legais, contábeis, burocráticos, bem como dos recursos financeiros para o custeio e viabilização dos projetos realizados pela Mantenedora Cáritas Diocesana de Rondonópolis. A diretoria reúne-se mensalmente e suas deliberações ocorrem mediante os princípios estabelecidos no estatuto da entidade.

Além da Educação Infantil desenvolve os seguintes projetos:

- Albergue noturno;
- Recanto dos idosos;
- Construção de casa para cidadãos de menor condição financeira;
- Trabalho com grupos de adolescentes;
- Educação de jovens e adultos;
- Reforço escolar e noções de informática através do grupo Koblenz - Brasil - KoBra<sup>4</sup>;
- Ajuda às famílias em condições de pobreza extrema, mediante o apadrinhamento de crianças e jovens dos bairros periféricos.

Quando a Cáritas Diocesana iniciou o trabalho com a Educação Infantil no município em 1979, não havia escola pública para crianças na faixa etária de zero a seis anos. O movimento migratório intenso de pessoas de baixa renda que aqui chegavam provocou a formação de uma periferia com famílias com grande número de crianças com necessidades educativas, alimentares e de cuidados gerais. Na região de Vila Operária, o maior bairro da cidade, ocorria a maior concentração dessas famílias necessitadas.

Diante dessa realidade, o pároco da Igreja Católica de Vila Operária, teve a iniciativa de fazer um trabalho que beneficiasse 1000 (mil) crianças da região, fornecendo-lhes alimentação. Para desenvolver esse trabalho, inicialmente, buscou o apoio do Bispo da cidade, de alguns padres e de uma professora. Esta professora assumiu o trabalho com as creches e, atualmente, é a vice-presidente da diretoria da Cáritas e coordenadora das Unidades Infantis.

O projeto teve início com doações vindas dos católicos da Alemanha, conseguidas pelo Padre Lothar e de convênios firmados com o Governo Federal, através da Legião

<sup>3</sup> Referente ao Plano Político Pedagógico para o ano de 2007.

<sup>4</sup> KoBra – Cooperação entre a cidade germânica de Koblenz e o Brasil. Esta cooperação busca fomentar a qualidade de vida de crianças carentes em regiões pobres do Brasil.

Brasileira de Assistência (LBA), para atender mil crianças, pagando a quantia equivalente ao preço de um copo de leite por criança, que seriam atendidas em unidades denominadas creches, recebendo educação, cuidados, lanche e almoços. (RONDONÓPOLIS, 2007, p. 3).

Em 27 de agosto de 1979, no Colégio das Irmãs Catequistas Franciscanas de Vila Operária, atual Escola São José Operário, foi realizado o primeiro curso de orientação pedagógica para as mulheres que assumiram o trabalho de cuidar, alimentar e executar as atividades educacionais com as crianças. Não havia uma estrutura física apropriada para atender as 60 (sessenta) crianças previstas para cada creche. O trabalho com as crianças era desenvolvido dentro de igrejas católicas, debaixo de barracões feitos com palhas de coqueiro e em salas improvisadas.

Após 30 (trinta anos) de funcionamento, a Cáritas Diocesana de Rondonópolis possui trinta e uma Unidades de Educação Infantil que funcionam em prédios próprios ou cedidos pelas paróquias católicas que a apóiam. Apenas uma delas que é cedida, em regime de comodato, pela Prefeitura de Rondonópolis por tempo indeterminado.

Das inúmeras visitas à seção de Educação Infantil e verificando os dados fornecidos pelo Departamento de Estatística da Secretaria Municipal de Educação, constatei que na cidade de Rondonópolis o ensino infantil passou a ser oferecido, sob a responsabilidade do poder público municipal, nos primeiros anos da década de 1980, tendo como marco referencial o ano de 1983. Nesse ano a Rede Municipal havia 173 crianças matriculadas.

Em 2007, ano em que foi realizada a pesquisa, a Rede Municipal atendia a 4.756 crianças de zero a cinco anos, distribuídas em Unidades de Educação Infantil – UMEIs e em Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEIs. Embora pareça ter havido um crescimento significativo na oferta de atendimentos e serviços no setor, há, ainda, um contingente expressivo de crianças nessa faixa etária sendo atendidas em salas de aula de escolas de ensino fundamental da rede de ensino. Tal fato ocorre devido ao número de unidades não ser suficiente para atender a demanda, aliado ao fato de que há, em todas as unidades (UMEIs), extensa lista de espera, aguardando vaga.

O que se coloca é que, mesmo atendendo a educação infantil há mais de 25 anos, a maioria das unidades ainda necessita de padronizações, de infra-estrutura, de adequação dos ambientes, bem como de uma formação específica aos profissionais que atuam nessa faixa etária.

Apesar da Constituição de 1988 ter assegurado às crianças, na faixa etária de zero a seis anos, o direito à educação e da Lei de Diretrizes e Bases - 9394/96 ratificar a prescrição da Magna Carta para esse nível de ensino, Rondonópolis não tinha uma política municipal de educação para a infância, tampouco possuía uma política definida de formação para os professores de educação infantil. Desenvolviam-se cursos, oficinas e orientações para atender as necessidades de atuação dos profissionais. E apesar das discussões e preocupações do poder público em melhorar a qualidade das escolas e do ensino, verificava-se certa fragilidade na dimensão política da formação dos professores.

Para Carvalho (2005) até o ano de 1998, a formação dos docentes da Rede Municipal ocorreu de forma insignificante porque não respondia aos anseios colocados pela prática pedagógica cotidiana. Conforme este autor, foi a partir desta data que se realizou um diagnóstico das reais necessidades de formação dos professores com o intuito de construir, em nível de Secretaria, um projeto educativo que delineasse uma política de formação que contemplasse todos os profissionais da rede municipal. No tocante à educação infantil, o grande desafio da rede municipal de ensino era realizar uma formação sistemática, principalmente na modalidade creche.

Imbuída do ideário traçado pela LDB/1996, que estabelecia a necessidade de formar os professores de Educação Infantil, no decorrer dos anos, veio a necessidade de se implantar uma política de formação no sentido de preencher as lacunas da formação inicial. Isso porque no que tange à formação inicial, mesmo com a maioria das professoras licenciada em Pedagogia, há professoras formadas em outras áreas da educação, nas mais diferentes licenciaturas como História, Geografia, Matemática, Biologia, Letras, e até em Educação Artística e Psicologia.

O grau de formação varia da habilitação para o magistério em nível médio até a especialização e encontram-se desempenhando diferentes funções na educação infantil atuando como professores, diretores, coordenadores, supervisores, chefes de seção e formadores.

Conforme informações obtidas no Núcleo de estatística da SEMEC, já havia professores atuando na rede municipal desde 1977, bem antes da Educação Infantil ser implantada como responsabilidade do município (1983). No ano de 2006, a Secretaria Municipal de Educação, possuía 138 professores efetivos atuando na educação infantil.

Número considerado bom se comparado a época da implantação das creches na década de 1980 em que não havia concurso, todos eram contratados e como não era exigida escolaridade específica para atuação na área, a maioria não possuía nível médio.

É importante destacar que da totalidade dos docentes da educação infantil, a maioria absoluta é constituída de mulheres. Constatei que há apenas dois homens no quadro, os quais ocupam cargos de direção.

Por vários anos a função docente esteve ligada a virtudes como abnegação, bondade, paciência sendo que a desqualificação profissional se verificou tanto pelos baixos salários, como pelas precárias condições de trabalho. De acordo com os Referenciais para Formação de Professores do Ministério da Educação “por tratar-se de um trabalho de jornada parcial e tipicamente feminino [...], o magistério acaba sendo considerado uma função *para mulheres que trabalham meio período*”. (BRASIL, 1999, p. 32).

A feminilização da função, ao invés de representar de fato uma conquista profissional das mulheres, tem se convertido num símbolo de desvalorização social. O imaginário social foi cristalizando uma representação de trabalho docente destinado a crianças, cujos requisitos são muito mais a sensibilidade e a paciência do que o estudo e o preparo profissional. Em tese, as mulheres seriam mais afetas a essas “virtudes” e, portanto, a elas caberia muito bem a função de professoras polivalentes. (BRASIL, 1999, p. 31).

Em Rondonópolis a predominância do sexo feminino é algo indiscutível e vem corroborar o sentido cristalizado de que essa profissão é destinada às mulheres, posto que atitudes de afeição, carinho, tão necessárias ao cuidado de crianças, lhes são peculiares.

Ocorre que não basta gostar de crianças, atuar nesse nível de ensino requer um professor preparado, tanto em nível de formação inicial quanto continuada e que apresente condições de lidar com a diversidade cultural, com as diferenças e de cumprir com as exigências, funções e especificidades do trabalho voltado a crianças na faixa etária de zero a cinco anos, pois “compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio da educação infantil e de seus profissionais.” (BRASIL, 1998, p.22).

### **Os procedimentos de coleta de dados: o trabalho de campo**

Numa primeira instância realizei um levantamento bibliográfico acerca da temática da formação de professores. Tal levantamento permitiu delimitar o quadro teórico dentro do qual o objeto se situa. Num segundo momento, procurei junto ao Departamento de Administração - Núcleo de Estatística da Secretaria de Educação - saber sobre a implantação da educação infantil no município, o número de alunos atendidos, número de professores efetivos em exercício, se havia políticas de formação de professores e se as unidades tinham propostas de formação.

O trabalho de campo realizou-se, efetivamente, durante os meses de março a novembro de 2007. O primeiro momento ocorreu na segunda quinzena de março de 2007 e esteve direcionado à busca de informações que especificassem e fornecessem dados referentes à situação da Educação Infantil no município de Rondonópolis desde a época de sua implantação, no sentido de obter uma visão panorâmica da Educação Infantil no município. E o segundo momento realizou-se nas creches, no período compreendido entre abril e novembro, com a realização de entrevistas com as professoras e coordenadoras das creches.

Da consulta aos dados fornecidos verifiquei que as unidades infantis da Rede Municipal encontram-se localizadas em pólos estratégicos da cidade. Na década de 1980 eram somente apenas quatro (04) unidades, na década de 1990 havia sete (07) unidades e a partir de 2001, ampliou-se para nove (09) unidades, embora, conforme já apontado anteriormente, esse número de creches seja insuficiente, haja vista o crescimento demográfico do município, impulsionado pelo surgimento de novos bairros na zona periférica da cidade.

A história das Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEIs é recente; foram criadas em dezembro de 2006 com o objetivo de ampliar o número de atendimento de crianças, ficando assim configurada a Educação Infantil no município:

- As UMEIs são as responsáveis pela educação de crianças na faixa etária de zero a três anos;

- As EMEIs encarregam-se da educação de crianças de quatro a cinco anos, dividindo essa tarefa com as Pré-escolas que funcionam nas escolas de ensino fundamental.

Cumprе ressaltar que em bairros onde não há EMEIs, nem escolas de ensino fundamental próximas, as crianças de 04 anos de idade continuam sendo atendidas e educadas nas UMEIs.

Em todas as unidades e escolas infantis há um diretor. Ocorre que, diferentemente das EMEIs que possuem também o coordenador pedagógico, apenas nas UMEIs médias e grandes, que possuem de cinco (05) a quinze (15) turmas, isto é, mais de cem (100) alunos matriculados, há coordenadores pedagógicos, cuja presença está definida na Normativa 010/2006/ SEMEC<sup>5</sup>.

Conforme informações recebidas da coordenadora da Seção Infantil na SEMEC, em todas as unidades ocorrem encontros de formação para os professores sendo que, onde não há coordenador pedagógico, o diretor é o responsável pela formação, além de responder pelos setores pedagógico e administrativo da unidade.

## **O universo da pesquisa**

Como mencionado no tópico anterior, a Educação Infantil em Rondonópolis divide-se em dois segmentos: as unidades infantis no atendimento de crianças até três anos, embora ainda haja UMEIs atendendo crianças de quatro anos; as escolas infantis e pré-escolas no atendimento de crianças de quatro a cinco anos.

Das nove unidades existentes, pelo número de turmas ou crianças atendidas, duas são consideradas grandes:

- UMEI Monteiro Lobato, no Jardim Gramado - 199 (cento e noventa e nove) crianças;
- UMEI Pequenos Brilhantes, no bairro Cidade Alta - 174 (cento e setenta e quatro) crianças;

Duas unidades são de porte médio:

- UMEI Jéssica Adriana Lima Ferreira no Jardim Atlântico- 113 (cento e treze) crianças;
- UMEI Jonas Nunes Cavalcante na Vila Canaã – 124 (cento e vinte e quatro) crianças.

Cinco unidades são consideradas pequenas porque possuem menos de cinco turmas:

- UMEI Natália Máximo Lima, na Vila Rosely - 83 (oitenta e três) crianças;
- UMEI Mãe Margarida, na Vila Rica - 69 (sessenta e nove) crianças;
- UMEI Prof. Ivan Santos Arruda, no Parque universitário – 73 (setenta e três) crianças;
- UMEI João de Paula Mendonça de Souza, no Conjunto São José – 90 (noventa) crianças;
- UMEI Gabriel de Oliveira Dias, na Vila Planalto – 79 (setenta e nove) crianças.

Fiz a opção por pesquisar nas UMEIs porque a demanda é maior nessa etapa de ensino e por entender que é na faixa etária de zero a três anos que se dá o momento pedagógico

<sup>5</sup> . Dentre os procedimentos da Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2007, a Normativa Nº. 010/2006 prevê a organização do quadro de pessoal das unidades escolares que compõem a Rede Municipal. Conforme o Artigo 38: A lotação do Coordenador Pedagógico obedecerá aos seguintes critérios: I- De 05 a 15 turmas – 01 coordenador pedagógico; II - De 16 a 30 turmas – 02 coordenadores pedagógicos; III – Acima de 30 turmas – 03 coordenadores pedagógicos; IV – UMEI – 04 turmas com atendimento integral – 01 coordenador pedagógico.



inicial que proporciona contribuições imensuráveis à formação do homem, o que exige uma sólida preparação do professor tanto em nível de formação inicial quanto continuada.

Com relação à demanda que procura o atendimento na creche uma das entrevistadas relatou o seguinte:

A demanda pela Educação Infantil é muito grande. A demanda de zero a três anos é maior do que a de quatro a cinco anos, porque o município já atende praticamente 80% das crianças de quatro a cinco anos na escola e de zero a três 12%, que é o índice nacional; claro que a gente também não pode perder de vista que a educação é obrigatória para o poder público, mas não é obrigatória para os pais. Os pais têm a opção de querer ou não colocar os filhos numa Unidade de Educação Infantil. (Entrevista concedida em 28/03/2007).

As professoras que trabalham nas UMEIs ocupam-se da educação de crianças numa idade em que os estímulos educativos influenciam sobremaneira a formação da personalidade e desenvolvimento infantil. Nesse sentido o trabalho docente deve ser pautado em sólida formação teórica, comprometimento, responsabilidade e na compreensão da criança enquanto ser social e detentora de direitos. É necessário que o professor considere-a na sua individualidade e diversidade, bem como na interação com as crianças da mesma idade, de idade diversa e com os adultos.

Para tanto, faz-se necessária a formação do professor. Esta formação deve ocorrer em caráter permanente para que este amplie o conhecimento docente e construa sua ação pedagógica mediatizada na e pela ação-reflexão-ação, com vistas ao desenvolvimento integral da criança. Por isso é que, como diz Freire (2003):

A formação permanente das educadoras, que implica a reflexão crítica sobre a prática, se funda exatamente nesta dialeticidade entre prática e teoria. Os grupos de formação, em que essa prática de mergulhar na prática para, nela, iluminar o que nela se dá e o processo em que se dá o que se dá, são, se bem realizados, a melhor maneira de viver a formação permanente.” Freire (2003, p.112).

Conforme as informações obtidas da coordenadora do Departamento de administração da Secretaria Municipal de Educação/Núcleo de Estatística, no período compreendido entre os anos de 1983 a 1999, Rondonópolis possuía sete creches municipais, todas elas localizadas em bairros periféricos da cidade e de caráter meramente assistencialista.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-Lei 9394/1996, houve uma re-significação do papel e função da educação infantil. Até essa época, as creches existentes eram mantidas pela Prefeitura Municipal com a contrapartida do PRONAV/LBA (Programa Nacional de Voluntariado/Legião Brasileira de Assistência). Com a extinção do PRONAV em 1999, a manutenção das creches ficou a cargo da Prefeitura e do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS.

Nesse mesmo ano, a nomenclatura da creche foi modificada para Unidade Municipal de Educação Infantil - UMEI. A partir de 21 de dezembro de 2000, conforme a Lei Municipal n. 3.407/2000, as unidades passam a ser denominadas por nome próprio, escolhidos

pela comunidade escolar, mediante eleição. Das sete unidades existentes, apenas a Unidade de Educação Infantil Natália Máximo Lima possuía decreto de criação e nome próprio desde a sua inauguração.

### **Professores da Educação Infantil: políticas de formação em Rondonópolis- MT**

Percorrer a trajetória empreendida pela Educação Infantil, do período em que tinha a função de assistência até o seu reconhecimento como modalidade de ensino na educação básica, foi de fundamental importância para compreendermos os desafios enfrentados para sua implantação no município de Rondonópolis e os modos como se pensava a formação dos professores, objeto de nosso estudo.

Acreditamos que a todo programa ou proposta política de formação docente subjaz uma concepção de educação, de ensino e de professor. A exemplo dos demais municípios do país, em Rondonópolis também não ocorreu de maneira diferente. No período que antecedeu a promulgação da Constituição de 1988, as creches exerciam a função assistencialista, ou seja, o objetivo era o “cuidado de crianças”, como meio de atender às mães trabalhadoras e de baixo poder aquisitivo.

Para assumir a função assistencialista, não havia qualquer preocupação com a formação dos profissionais que trabalhavam nas creches, bastava saber ler, escrever e gostar de criança. A maioria das profissionais que atuavam na Educação Infantil, mal havia terminado o ensino fundamental. Eis um trecho do Manual Informativo- CRECHE- publicado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Rondonópolis em 1995: “O trabalhador que lida de forma direta com a criança na creche (pajem) deve ter uma grande responsabilidade, deve gostar muito de criança e saber lidar com as mesmas. Isso é fundamental [...]” (RONDONÓPOLIS, 1995, p. 12).

No início da Educação Infantil na cidade de Rondonópolis (1983) os professores, em sua maioria, eram leigos, sendo que um pequeno número possuía formação para o magistério em nível médio. Nessa época os profissionais eram denominados pajens, não havia critérios para a contratação e a maior parte era indicada por políticos.

Os professores formados lecionavam na pré-escola e os leigos iam para as creches, fato que vem comprovar as características apontadas pelo Referencial de Formação de Professores do Ministério da Educação (1999, p. 42) aos modelos de formação existentes no país:

Considera-se que a necessidade de formação profissional é tanto menor quanto menores forem as crianças (com as quais o professor vai trabalhar ou já trabalha), ignorando-se desse modo a complexidade e a enorme responsabilidade de educar crianças pequenas e a relevância da educação nos primeiros anos de vida.

Nesse período, as creches municipais eram mantidas pela prefeitura com a contrapartida do Programa Nacional de voluntariado/ Legião Brasileira de Assistência-PRONAV/ LBA. À administração municipal cabia a responsabilidade pelo pagamento dos funcionários, conservação dos prédios, compra de material permanente e alimentação. O PRONAV/LBA,

por sua vez, contribuía com a parte assistencial, suprindo as necessidades existentes através de verbas oriundas dos convênios e promoções sociais.

Foi a partir de 1988 que a Secretaria Municipal de Educação passou a contratar professores formados para atuar nas creches por meio da realização de teste seletivo. Ao realizar o primeiro teste seletivo, a secretaria garantiu profissionais capacitados e optou por manter nas creches os pajens, com formação para o magistério, em nível médio, como formação mínima e procurou formas para garantir-lhes a formação contínua.

Em 1993, realizou-se concurso público para ingresso de professores no quadro da rede municipal. Logo a seguir, com a promulgação da LDB (1996), houve a necessidade de adequar a formação dos profissionais que atuavam nas unidades de Educação Infantil. No ano de 1999, começou a ser estudado o Plano de Carreira, Cargos e Salários- PCCS<sup>6</sup>, com o objetivo de adequar a jornada de trabalho, incluir a hora atividade e mudar a nomenclatura de pajem para Regente de Educação Infantil. Tal plano foi implantado, definitivamente, em 2001, com nova prescrição na designação dos profissionais que atuavam nas unidades infantis. De regentes, eles passam a ser cognominados professores de Educação Infantil.

O quadro de professores, por ocasião da pesquisa, era composto por 138 professores. Destes, figuraram como sujeitos e foram entrevistadas oito professoras cuja idade varia entre 30 a 58 anos, são efetivas e com tempo de serviço na rede municipal que varia de 06 (seis) a 15 (quinze) anos. Quanto à formação, quatro são licenciadas em Pedagogia, duas em Letras, uma em História e uma em Geografia. Sete professoras concluíram a graduação na Universidade Federal de Mato Grosso - Campus de Rondonópolis. Somente uma docente não mencionou a instituição onde cursou a formação inicial.

Dentre elas, duas possuem especialização em Planejamento Educacional, três em Avaliação do Ensino e Aprendizagem, uma em Métodos e Técnicas de Ensino, uma em Metodologia da Língua Portuguesa nas Séries Iniciais e uma ainda não possui especialização. Vale destacar que nenhuma professora possui especialização na área específica da educação infantil.

Enquanto a graduação foi concluída em universidade pública, o mesmo não pode ser dito em relação às especializações. Estas foram cursadas em universidades particulares em outros estados da federação (São Paulo e Rio de Janeiro).

Com a publicação, em 2004, da Proposta Diretriz Curricular Municipal para o ensino infantil, vislumbrou-se os primeiros passos no sentido de definir políticas e estabelecer diretrizes orientadoras das práticas pedagógicas nas creches municipais. O documento expressa o que se almeja dos profissionais envolvidos com o ensino infantil no município, explicitando o que se entende por infância e que caminhos tomar sobre o modo de trabalhar com crianças.

Trabalhar com a Educação Infantil pressupõe, justamente, a compreensão dos significados que se atribui à infância nos contextos sócio-histórico e cultural. Foi nessa compreensão que a Proposta surgiu, ou seja, da “necessidade coletiva de construir, elaborar e ampliar

<sup>6</sup> O PCCS foi implantado conforme Lei Municipal Complementar nº. 003 de 05/05/2000, posteriormente alterada pelas Lei Complementar nº 017 de 26/11/2003 e Lei Complementar nº 020 de 09/03/2004.

os conhecimentos teórico-reflexivos acerca das práticas efetivadas nos programas de formação continuada.” (RONDONÓPOLIS, 2004, p. 7).

A proposta Curricular delimita os eixos norteadores da prática educativa e estabelece os princípios e os objetivos norteadores da educação curricular, pautada, essa mesma, numa concepção de criança enquanto ser ativo e dotado de identidade cultural e social.

A Proposta Diretriz Curricular Municipal para o Ensino Infantil evidencia a preocupação e sugere que o currículo seja organizado da maneira mais rica possível, consubstanciado no

[...] trabalho interdisciplinar, capaz de estabelecer um elo de ligação entre os saberes do aluno, os saberes do professor e os saberes acumulados historicamente pela humanidade sem que se perca o fio condutor do processo ensino-aprendizagem, na medida em que são preservados os aspectos de ordem social, cultural, histórica e afetiva, tão importantes para a aprendizagem. (RONDONÓPOLIS, 2004, p. 17).

Em relação aos professores, acena para a importância da formação tanto inicial quanto continuada. Por um lado aponta a formação como um meio de sustentação da prática pedagógica e que contribui com o suporte teórico-metodológico que dá ao professor a compreensão do universo social, econômico, cultural e afetivo das crianças, rompendo com a dicotomia entre o cuidar e o educar.

Por outro lado, deixa transparecer e propõe que o professor deve buscar e gerenciar sua formação continuada, envolvendo-se em situações coletivas e contínuas de aprendizagem, de investigação e de reflexão, no sentido de “preencher as lacunas” da formação inicial. Será que isso se deve ao fato de que muitos professores da Educação Infantil possuem formação diversa da área de atuação?

O Plano Municipal de Educação elaborado em 2006 traçou os objetivos e metas no sentido de garantir 100% a capacidade de atendimento das crianças na idade de zero a cinco anos. Dentre as metas elencadas figuram a previsão de novos níveis de formação para os docentes e, também, a necessidade de aproveitá-los ou adequá-los às suas respectivas áreas de formação, o que não significa a desvalorização da formação inicial, tampouco a sua substituição pela formação continuada. Ocorre que até o momento tal plano ainda não foi aprovado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O recorte apresentado neste artigo teve a intenção de abordar aspectos relacionados à trajetória da Educação Infantil no Município de Rondonópolis, apontar dados de sua implantação e as propostas de formação de professores que atuam com crianças na faixa etária de 0 a 05 anos.

A década de 1980 foi o período em que a educação infantil em Rondonópolis, a exemplo de todo o país, assumiu o caráter de assistência e as crianças eram deixadas nas creches para serem cuidadas por pessoas sem qualquer preparo ou formação profissional específica para a área. Se o objetivo era apenas cuidar, não precisava ter formação acadêmica. Afeto, de-

dicação e gostar de crianças pequenas eram os requisitos necessários e bastavam para exercer o trabalho na creche.

Conforme os dados levantados, datam desse período as primeiras preocupações da Secretaria Municipal de Educação em preparar melhor os docentes para atuar junto às crianças, contudo não havia ainda uma política clara de formação de professores na Rede Municipal e a ênfase era dada à educação pré-escolar.

Percebe-se um avanço, ainda que tênue, na década de 1980, quando a Rede Municipal realiza o primeiro seletivo para contratar professores “formados” para atuar na educação infantil, pois o número de creches ia aumentando e em consequência as exigências para o trabalho com as crianças.

Até a metade da década de 1990 a educação infantil municipal continua a crescer. Aumenta a oferta de vagas, constroem-se novas creches e realiza-se o concurso público, visto que só havia professores contratados. A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-Lei 9394/1996, imprimiu uma nova face à Educação Infantil ao reconhecê-la como primeira etapa de ensino da Educação Básica.

Os dados revelaram que no transcorrer desse período houve muitas conquistas e mudanças nesse nível de ensino, principalmente no que concerne a valorização do professor e definição do papel que ele exerce na educação. Destaca-se a alteração na nomenclatura do termo, pois as professoras foram, primeiramente, designadas como pajens, passando para regente e posteriormente para docente.

A partir do ano 2000 foram agregadas novas conquistas na educação infantil de Rondonópolis. Percebeu-se uma preocupação em melhorar a infra-estrutura e a forma de organizar o trabalho na creche, houve a ampliação da oferta de vagas para as crianças com a criação de quatro UMEIs, a elaboração da Proposta Diretriz Curricular para o Ensino Infantil. Além disso, as unidades passam a construir projetos de formação para os professores centrando a formação no contexto de trabalho, implantou-se a gestão democrática em todas as unidades e por último (2006) teve início a discussão em torno da elaboração do Plano Municipal de Educação.

Os resultados demonstraram que a educação infantil municipal configurou-se em um primeiro momento como atividade meramente assistencialista para apresentar, posteriormente, uma evolução na forma de conceber a educação infantil e, por conseguinte, a formação do profissional que atua nessa faixa etária.

A Educação Infantil em Rondonópolis, recentemente institucionalizada e, portanto ainda “jovem”, passou no decorrer de sua trajetória por muitos desafios e conquistas, as quais permitiram-na chegar à atualidade com a perspectiva de adquirir o status de qualidade e maturidade que se almeja para essa etapa de ensino.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**: introdução. Brasília: MEC/SEF, 1998a. V. 1.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**: formação pessoal e social. Brasília: MEC/SEF, 1998b. V. 2.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**: conhecimento de mundo. Brasília: MEC/SEF, 1998c. V. 3.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referenciais para formação de professores**. Brasília: SEF, 1999.
- BRASIL. Constituição (1988). Texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais de n.1, de 1992, a 43, de 2004, e pelas emendas constitucionais de revisão de n. 1 a 6, de 1994. 23. ed. Brasília, DF: Câmara dos deputados, Coordenação de publicações, 2004.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27839. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2007.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto, 1994.
- CANÁRIO, Rui. **A escola tem futuro?** Das promessas às incertezas. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- CARVALHO, Ademar de Lima. **Os caminhos perversos da educação**: a luta pela apropriação do conhecimento no cotidiano da sala de aula. Cuiabá: EdUFMT, 2005.
- FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho Mágico, 2003a.
- IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- KRAMER, Sonia. Formação de profissionais de educação infantil: questões e tensões. In: MACHADO, M. L. de A. (Org.). **Encontros e desencontros em educação infantil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005a.
- MACHADO, M. L. de A. (Org.). **Encontros e desencontros em educação infantil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- MORAIS, Vera Lúcia de Souza. **Política de educação infantil - manual informativo**: creche. Rondonópolis: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1995.
- RONDONÓPOLIS. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. Departamento de Ensino. **Proposta diretriz curricular municipal para o ensino infantil**: referencial orientador das práticas pedagógicas na educação infantil. Rondonópolis: SEMEC, 2004a. (Coleção Escola para Todos).
- RONDONÓPOLIS. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Normativa n. 010, de 11 de dezembro de 2006**. Rondonópolis: SEMEC, 2006.
- RONDONÓPOLIS. Cáritas Diocesana. **Plano político pedagógico**. Rondonópolis: Cáritas Diocesana, 2007.